

Filha do General manda mais que secretário mesmo sem ter cargo oficial ■

Página 3

Tribuna Popular

Foz do Iguaçu, 20 a 26 de janeiro de 2026 | Edição 427 | Ano XII | R\$ 3,00

EXCLUSIVO

GENERAL SILVA E LUNA MENTIU QUE DARIA R\$ 500 DE AUXÍLIO ESCOLAR PARA CADA ALUNO



■ Na campanha ele fez um vídeo "Isso não é promessa é compromisso e nós vamos cumprir"

■ Pais e mães se virando como podem para comprar material escolar, uniforme, mochila, tênis e o básico para que os filhos não comecem o ano letivo já em desvantagem

■ Páginas 10 e 11



Aline Maicrovicz tentou receber vantagens indevidas que configuraria corrupção passiva e improbidade administrativa

■ Páginas 12 e 13

PRETO NO BRANCO

A APROPRIAÇÃO DA VISÃO ALHEIA

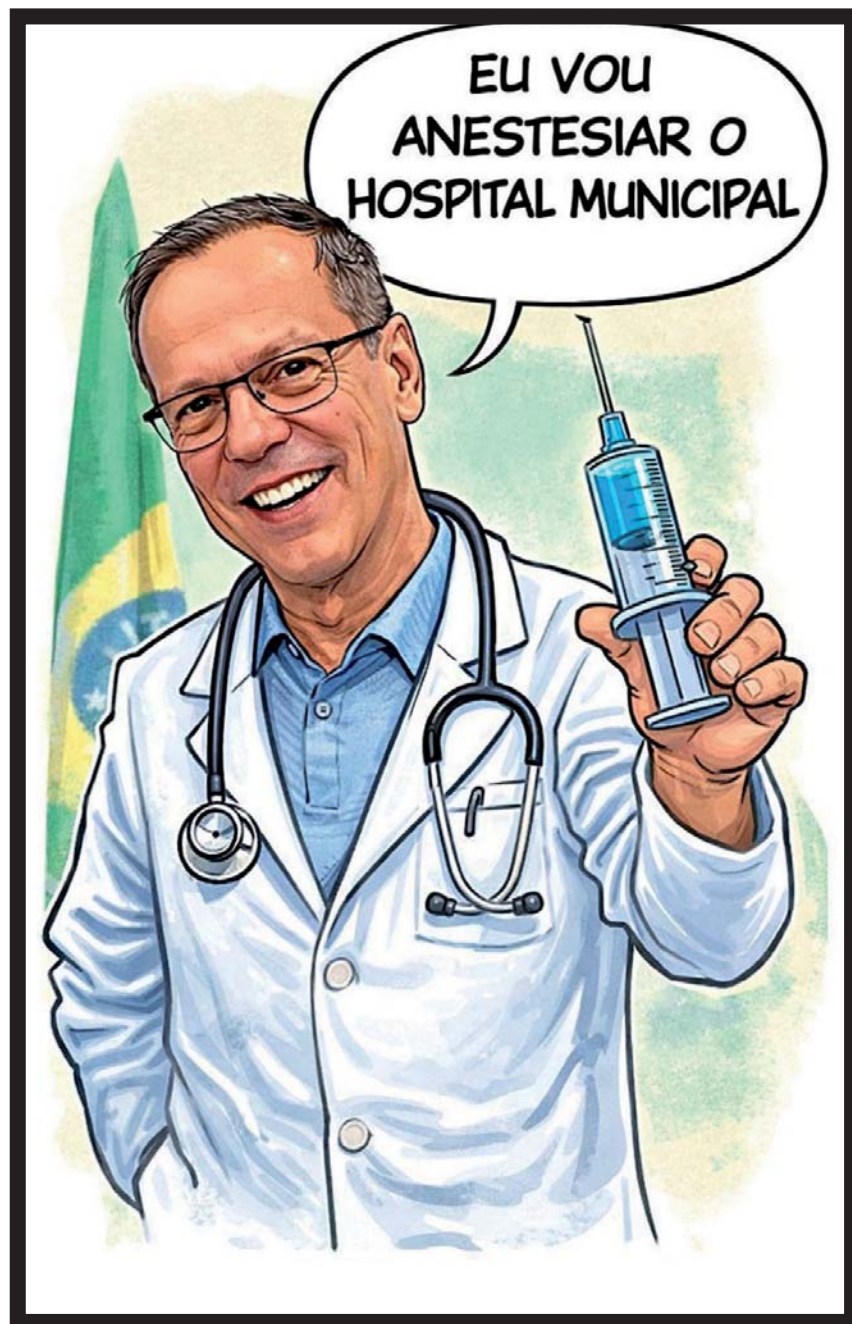
O mutirão da visão não nasceu na Prefeitura. Não foi planejado no gabinete do prefeito. Não saiu do orçamento municipal. Foi uma ação do governo federal, via Ministério da Saúde, que ficou dois meses na cidade, atendeu mais de 3,5 mil pessoas e realizou cerca de 1,7 mil cirurgias em moradores que aguardavam na fila da rede pública. O resultado foi concreto, mensurável e necessário. Ainda assim, o prefeito Joaquim Silva e Luna resolveu transformar isso em autopromoção institucional, publicando nas redes oficiais da prefeitura como se fosse uma conquista de sua gestão. Não foi. Isso não é erro de comunicação, é mentira deliberada. Roubar narrativa de política pública é prática velha, mas nem por isso deixa de ser vergonhosa.

CARNAVAL PROMETIDO, FRUSTRAÇÃO ANUNCIADA

O Carnaval de Foz vem com anúncio grandioso: cinco dias de festa, shows, blocos tradicionais, matinês e atrações nacionais na Praça da Paz. No papel, tudo funciona. No release, tudo brilha. O problema é o histórico recente da gestão, que transformou o Natal em um evento mal executado e sem alma. Quando o governo promete demais e entrega de menos, a desconfiança vira regra. Se repetir a mesma lógica do Natal, o Carnaval corre sério risco de virar mais um espetáculo de marketing vazio. A cidade merece festa, não improviso maquiado de evento.

A FILHA DO PREFEITO E O PODER SEM CARGO

Após a denúncia pública de que a filha do prefeito mantinha gabinete fixo na prefeitura, dando ordens e participando de reuniões de planejamento, ela simplesmente desapareceu do prédio. Não por acaso. Foi reação. Foi recuo estratégico. Mas bastaram alguns dias para que ela retornasse, retomando a mesma postura de autoridade informal, sem cargo, sem nomeação, sem respaldo legal. Isso não é coincidência, é teste de limite. É a tentativa de normalizar o anormal e empurrar a ilegalidade até onde der. Quando o poder não é interrompido, ele avança.



O FEITIÇO DE THAIS ESCOBAR

Até hoje ninguém conseguiu explicar por que a secretária de obras Thais Escobar segue intocável no governo. Outros secretários caíram por menos desgaste, menos críticas e menos erros. Ela, não. Permanece firme, blindada, imune a qualquer crise. Se existe resultado técnico extraordinário, ele não é visível. Se existe articulação política, ela é silenciosa. O fato é que, nesse governo, a régua da exoneração não é igual para todos. E quando critérios deixam de ser públicos, a gestão perde credibilidade.

COMUNICAÇÃO IMPORTADA E DESPREZO LOCAL

Cris Neres, ex-SBT e até então assessora na Secretaria de Comunicação, foi exonerada na última sexta-feira. A versão oficial fala em férias. A extraoficial nega. Enquanto isso, cresce a informação de que mais um profissional de Toledo deve ser nomeado. Com isso, já seriam quatro nomes importados ocupando cargos estratégicos na comunicação da prefeitura. A mensagem implícita é clara e ofensiva: em Foz do Iguaçu, aparentemente, não há profissionais capacitados. Não é gestão, é preferência pessoal travestida de escolha técnica.

SAÚDE EM COLAPSO SILENCIOSO

Os anestesistas anunciam saída do Hospital Municipal. A prefeitura acumula uma dívida milionária com a empresa responsável pela alimentação da unidade. Tudo isso sob o comando do coronel Auréio, ex-braço direito do prefeito. Quando médicos vão embora e fornecedores ameaçam parar, não se trata mais de ruído administrativo, mas de risco real à população. A saúde não espera coletiva de imprensa nem nota oficial. Crises na saúde começam silenciosas e explodem de uma vez. E, quando explodem, o estrago é irreversível.

Tribuna Popular

Jornalismo sem censura

É uma publicação da E Alliana - ME
CNPJ 37.189.127/0001-00
Telefone (45) 3523-7826 - Foz do Iguaçu / PR
jtribunapopular@bol.com.br

REDAÇÃO

Diretor: Enrique Alliana
Jornalista Responsável:
Enrique Alliana - MTB: 0010793/PR

COMERCIAL

Claudete Desbezel

Impressão: Grafnorte Gráfica

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião do jornal

Manda mais que secretário na Prefeitura mesmo sem ter cargo oficial

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

Na Prefeitura de Foz do Iguaçu, ao que tudo indica, a hierarquia administrativa ganhou um novo organograma. Invisível, informal e extremamente eficiente. Nele, cargos, decretos e nomeações oficiais parecem meros detalhes burocráticos diante de um critério muito mais poderoso: o sobrenome.

Afinal, para que portaria publicada no Diário Oficial quando se pode mandar apenas sentando na cadeira do prefeito?

Vídeo que surgiu e desapareceu

Um vídeo que surgiu. E desapareceu com a mesma rapidez de quem percebe que publicou demais. Mostrou a filha do prefeito, o general Joaquim Silva e Luna, confortavelmente instalada na cadeira principal do gabinete, em clima de reunião administrativa, acompanhada de servidoras municipais.

Não era um café, não era uma visita turística, não era um "oi, pai, passei pra dar um abraço". O cenário, o horário e a postura indicavam expediente normal, daqueles pagos religiosamente pelo contribuinte.

A filha que não é nada na Prefeitura

Até onde se sabe, e aqui mora o detalhe inconveniente, a filha do prefeito não possui cargo oficial na administração municipal. Não é secretária, não é diretora e também não é assessora, não é consultora, não é nada que conste formalmente nos registros públicos. Mesmo assim, as informações que circulam nos bastidores são de que ela mantém mesa de trabalho na prefeitura, participa de agendas



oficiais, acompanha o prefeito e estaria presente em reuniões administrativas. Um verdadeiro caso de "cargo espiritual": existe na prática, mas não no papel.

A pergunta que se impõe é simples e incômoda: se não há cargo, o que exatamente está sendo exercido ali? Observação familiar? Estágio não remunerado de poder? Influência afetiva com efeito administrativo? Porque, convenhamos, ninguém senta na cadeira do prefeito em horário de expediente apenas para testar a ergonomia do móvel.

Vínculo ultrapassa a porta do gabinete e entra na engrenagem da administração pública

O problema não é a presença da filha como filha. Prefeitos são pais, mães, filhos, seres humanos. O problema começa quando o vínculo familiar ultrapassa a porta do gabinete e entra na engrenagem da administração pública. A partir desse momento, não é mais uma questão privada, mas institucional. E instituição pública não funciona à base de laços sanguíneos, mas de

legalidade, transparência e responsabilidade.

Quando alguém sem cargo participa de reuniões administrativas, surge o risco evidente de influência indevida, favorecimento e, no mínimo, confusão de papéis. Quem decide? Quem orienta? Quem manda? Quem responde? Se der certo, o mérito é de quem? Se der errado, a culpa cai sobre qual CPF? O da servidora concursada que obedeceu? Do secretário que "acatou"? Ou do fantasma administrativo que não assina nada?

O silêncio da prefeitura não

ajuda. Pelo contrário, amplia o constrangimento. Transparência resolveria o problema em minutos: ou se explica oficialmente qual é o papel exercido, ou se afirma que não há qualquer atuação administrativa. Simples assim. Apagar vídeo não apaga fatos. Apagar story não apaga dúvidas.

Nepotismo que não sai no Diário Oficial, mas circula livremente pelos corredores do poder

No Brasil, nepotismo não se limita à nomeação direta. Existe também o nepotismo indireto, disfarçado, aquele que não sai no Diário Oficial, mas circula livremente pelos corredores do poder. E é justamente esse tipo de prática que corrói a confiança da população, porque passa a mensagem de que regras valem para uns, enquanto outros governam por proximidade familiar.

O episódio deixa uma sensação incômoda: a de que, em Foz do Iguaçu, pode haver secretário com cargo, salário e responsabilidade formal... e alguém sem cargo algum mandando mais que ele. Se isso for verdade, não é só um problema político. É um problema institucional grave. E quanto mais silêncio, maior o barulho.

Na Prefeitura de Foz do Iguaçu, o nepotismo parece ter ganhado uma versão moderna: sem nomeação, sem portaria e sem Diário Oficial. A filha do general-prefeito não tem cargo, mas manda como se tivesse. Participa de reuniões, ocupa espaço no gabinete e exerce influência digna de secretária, sem responder legalmente por nada. É o poder hereditário em versão informal, onde o sobrenome vale mais que a lei e a transparência fica do lado de fora do gabinete.

Processo de ampliação do Cemitério Islâmico esta travado na burocracia

Quando nem a morte consegue vencer a burocracia

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

Foz do Iguaçu gosta de se vender como cidade multicultural, plural, cosmopolita e exemplo de convivência entre povos. Um discurso bonito, colorido, digno de folder turístico. Mas basta sair da propaganda institucional e encarar a realidade para perceber que, em certos casos, nem depois de morto o cidadão encontra dignidade garantida pelo poder público.

Segunda maior comunidade árabe do Brasil

A cidade abriga a segunda maior comunidade árabe do Brasil, fruto de um histórico fluxo sírio-libanês e da posição estratégica da Tríplice Fronteira. Quando somadas as cidades vizinhas: Ciudad del Este, Presidente Franco, Hernandárias, Minga Guazú, Puerto Iguazú e Santa Terezinha de Itaipu a região se transforma, sem exagero, em uma das maiores concentrações árabes da América do Sul.



Cemitério Islâmico esta superlotado e aguardando uma posição do Prefeito para resolver o problema

IBGE

Segundo dados do IBGE, Foz do Iguaçu possui hoje cerca de 297 mil habitantes. Estima-se que aproximadamente 9% da população seja de origem árabe ou descendente, algo em torno de 25.800 pessoas. Um número expressivo, influente, economicamente ativo e politicamente representado.

Dos 15 vereadores da cidade, três têm origem árabe: Adnan El Sayed, Anice Ga-

zzaoui e Yasmin Hachem. Tudo indicaria, portanto, que essa comunidade não apenas existe, mas é realmente relevante.

Vergonha iguaçuense

Se a comunidade é forte, o mínimo esperado é que a infraestrutura pública acompanhe essa força. E é exatamente aí que começa a vergonha iguaçuense.

Foz do Iguaçu possui um Cemitério Islâmico próprio, localizado em área separada do Cemitério Municipal do Jardim São Paulo. Um espaço que respeita os rituais religiosos muçulmanos, com túmulos orientados para Meca, sepultamentos em mortalhas brancas, áreas verdes, plantio de árvores e identificação simbólica com a lua crescente. Um local que representa não apenas um espaço físico, mas um direito religioso, cultural e humano.

Problema

O problema é simples, direto e inegável: não há mais espaço para sepultamentos.

A necessidade de ampliação do Cemitério Islâmico não é novidade, não é surpresa e

não surgiu ontem. É uma demanda antiga, previsível, lógica e facilmente identificável por qualquer gestor minimamente atento ao crescimento populacional e às especificidades culturais da cidade. Planejamento urbano básico. Nada além disso.

Nem a morte está conseguindo passar pelo gabinete do prefeito

Mas Foz do Iguaçu não é administrada por qualquer prefeito. É governada por um general quatro estrelas. Joaquim Silva e Luna, militar de carreira, acostumado à hierarquia, à disciplina e à obediência imediata. Um homem treinado para comandar, planejar e executar operações complexas. Pelo menos, na teoria.

Na prática, no entanto, parece que nem a morte está conseguindo passar pelo gabinete do prefeito.

O discurso do "gestor técnico", do "homem que resolve", do "militar que coloca ordem na casa", esbarra em algo aparentemente intransponível: a burocracia municipal. Ou

seria a falta de gestão? Ou pior: a escolha de pessoas completamente incapazes de executar tarefas básicas?

A pergunta é inevitável: se um general manda e nada acontece, o problema é o subordinado ou o comandante?

Após mais de um ano de mandato, o prefeito Silva e Luna não apresentou solução concreta para a ampliação do Cemitério Islâmico. Não houve obra, não houve anúncio efetivo, não houve resolução. O problema permanece, se agrava e, ironicamente, espera. Espera o quê? Um milagre administrativo? Uma ordem divina? Ou apenas que a comunidade se canse de reivindicar?

Cadê os vereadores?

E onde estão os vereadores da comunidade árabe nesse debate? Permanecem em silêncio constrangedor ou acreditam que o problema vá desaparecer por osmose? A população que os elegeu merece respostas. O respeito à fé não pode ser seletivo nem condicionado à conveniência política.



Após mais de um ano de mandato, o prefeito Silva e Luna não apresentou solução concreta para a ampliação do Cemitério Islâmico

"A CORRUPÇÃO ATÉ NA MORTE"

"Papa-defunto" relata a existência de um suposto "mensalinho"

A falta de transparência é, de fato, um fator chave que permite e fomenta a corrupção.

Resta a pergunta final, amarga e sarcástica: Quem manda, afinal, na Prefeitura de Foz do Iguaçu?

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

Como se não bastasse o imobilismo oficial, surgem nos bastidores rumores que, embora não comprovados, circulam com insistência. Um agente funerário, que trabalha em uma das funerárias da cidade, sob anonimato, conhecido no meio como "papa-defunto" relata a existência de um suposto "mensalinho" pago a agentes públicos por partes das funerárias, para que processos sobre o tema "ampliação de cemitérios" simplesmente não avancem. Nada declarado,

nada documentado, apenas o velho cochicho de corredor que sempre aparece quando a burocracia se mostra eficiente apenas em não funcionar.

Uma coisa é certa. A falta de transparência é, de fato, um fator chave que permite e fomenta a corrupção?

Segundo esse relato, o dinheiro não chegaria diretamente ao prefeito, mas a intermediários "em nome do prefeito". A dúvida que fica é clássica: quando algo não acontece, é incompetência ou conveniência?

Claro, tudo isso permanece no campo das suposições.

Mas como todo bom problema público, a ausência de respostas oficiais só alimenta a desconfiança. Transparência é o melhor antídoto contra boatos e ela também está em falta.

A expressão "a corrupção até na hora da morte" é um comentário social que reflete um sentimento profundo de indignação e descrença na sociedade, sugerindo que a corrupção é tão generalizada e sistêmica que permeia até os momentos mais solenes e vulneráveis da vida humana: a morte e os serviços funerários.

A Secretaria Municipal de

Meio Ambiente, comandada por Idelson José Barquete Chaves, tem papel central nesse processo. Cabe perguntar, com toda ironia possível: a secretaria é incompetente para gerir um tema dessa relevância ou está sendo usada como muro burocrático para empurrar o problema com a barreira?

Gestão Reni Pereira

A situação lembra, perigosamente, práticas de gestões passadas, como a era Reni Pereira, quando se dizia internamente que "quanto pior, melhor", para que a crise jus-

tificasse mudanças futuras alinhadas a interesses específicos. A história, ao que parece, insiste em rimar.

No fim das contas, Foz do Iguaçu vive o paradoxo de ser uma cidade global, multicultural e turística, mas incapaz de garantir algo básico: um local digno para que parte de sua população enterre seus mortos conforme sua fé.

Se até um general não consegue vencer a burocracia municipal, resta a pergunta final, amarga e sarcástica: Quem manda, afinal, na Prefeitura de Foz do Iguaçu?



"A burocracia sempre atrapalha" diz Sheik Oussama El Zahed

Para o líder religioso da Mesquita Omar Ibn Al-Khattab em Foz do Iguaçu, Sheik Oussama El Zahed "Indique que a cidade de Foz do Iguaçu, grande exemplo da convivência, cidade linda, intercultural e religiosa. A cidade demonstra não só para o nosso país como o Brasil, pátria que nós vivemos, como para o mundo inteiro, a letalidade muçulmana e a necessidade entre os três países Paraguai, Brasil e Argentina é um grande exemplo que nós como

povo muçulmano, decente e culto, e conseguimos vivermos com todas estas diferenças religiosas e culturais".

"A burocracia sempre atrapalha, nós precisamos como comunidade muçulmana, identificar de modo livre, de modo espontâneo, que estamos em um país que respeita a liberdade de expressão religiosa e cultural. Respeitamos a todos as religiões, bem como queremos respeito a nossa religião Islã", finalizou o Sheik Oussama El Zahed.

NEGOCIAÇÃO, TRAIÇÃO OU MERA CONVENIÊNCIA

General estaria abrindo espaço para a Federação Brasil da Esperança (PT-PCdoB-PV) na Prefeitura de Foz? Ou estaria só comprando o COMUS?

Houve aproximação com o PT-PCdoB-PV? Quanto custou? Porque, convenhamos, não existe almoço grátis na política. Mas existe café, janta, sobremesa e cargo bem remunerado. Ou simplesmente compra de apoio dentro do COMUS?



Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

Na política de Foz do Iguaçu, a única coisa que não muda é a capacidade de tudo mudar da noite para o dia. Especialmente quando há um cargo de mais de R\$ 11 mil na mesa. Ideologias, discursos inflamados, postagens raiosas e até juramentos de "oposição ferrenha" evaporam com uma rapidez impressionante quando o Diário Oficial entra em cena. Basta uma caneta, uma assinatura e... pronto: antigos adversários descobrem que sempre tiveram muito em comum.

Nomeação

A nomeação de Luiz Apa-

recido de Araújo pelo prefeito-general Silva e Luna, feita no dia 12 de Janeiro de 2026, através do Coronel Jorge Ricardo Áureo Ferreira, via Fundação Municipal de Saúde, é um desses milagres administrativos que fazem São Tomé virar cabideiro de cargos. Até ontem, Araújo era homem de confiança do Partido Verde, frequentador fiel da executiva, aliado orgânico da Federação Brasil da Esperança, aquela mesma que, em tese, deveria fazer oposição ao general. Hoje, virou Assessor Especial I do Hospital Municipal, com a nobre missão de cuidar das "relações institucionais". Traduzindo: um embaixador político pago com dinheiro público.

A pergunta que ecoa nos corredores da prefeitura não é se houve aproximação com o PT-PCdoB-PV. A pergunta é: quanto custou? Porque, convenhamos, não existe almoço grátis na política. Mas existe café, janta, sobremesa e cargo bem remunerado. O discurso da polarização, tão repetido em palanque, parece mais uma peça de teatro. No backstage, direita e esquerda descobrem que são ótimos parceiros de dança quando a música é o orçamento público.

Federação Brasil da Esperança teria virado figurante de luxo

Se essa nomeação representa uma reaproximação estratégica com a Federação

Brasil da Esperança, então a tal "oposição" virou figurante de luxo. Aquela que critica de manhã, posa de rebelde à tarde e à noite já está sentada na mesa do poder, brindando à governabilidade. Em Foz, oposição parece ser apenas um estágio temporário entre uma eleição e uma nomeação.

Cadê o vereador da Comissão de Saúde?

Será que o recém empossado Presidente da Comissão de Saúde da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, o Vereador Adnan El Sayed vai tomar alguma posição? Essa é uma pergunta muito difícil de ser respondido. Afinal, ele é um dos que ganhou cargo na prefeitura, quando a irmã do seu chefe

de gabinete foi nomeada no Fozhabita. Isso demonstra claramente que a política não é para amadores, e a única coisa que não muda é a capacidade de tudo mudar da noite para o dia. Especialmente quando há um cargo em jogo.

Ministério Público

E o pior de tudo isso com a complacência do Ministério Público Estadual, pois mesmo sabendo dos fatos, age como nada estivesse acontecendo. Dai a pergunta mais difícil de ser respondido. Será que o Ministério Público também teria indicado cargos na prefeitura? A resposta tem que ser respondido por eles mesmos? Com a complacência ou com ações enérgicas?

Aquele que, em tese, deveria fiscalizar, cobrar, apontar falhas e defender o interesse público?

Aquele que, em tese, deveria fiscalizar, cobrar, apontar falhas e defender o interesse público

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

Mas como toda boa novela política, há um segundo enredo. E talvez ele seja ainda mais picante. Luiz Aparecido de Araujo não é apenas um verde recém-amadurecido no gabinete do general. Ele também é membro ativo do COMUS, o Conselho Municipal de Saúde. Aquele que, em tese, deveria fiscalizar, cobrar, apontar falhas e defender o interesse público. Em tese, claro. Porque na prática, quando um conselheiro ganha um cargo de R\$ 11 mil na estrutura que deveria vigiar, a palavra "independência" vira uma piada de mau gosto.

Silêncio institucional?

Seria essa nomeação uma sofisticada compra de silêncio institucional? Um investimento na blindagem política da saúde pública? Nada muito diferente do velho costume que, não por acaso, já assombrou o COMUS em outros tempos: cargos em troca de complacência, nomeações em troca de vista grossa, e a fiscalização virando figurinha decorativa.



Coronel Áureo comanda a Fundação Municipal de Saúde

Balcão de negócios?

É curioso como certos hábitos nunca morrem. Eles apenas tiram férias e depois voltam com crachá novo. O COMUS, que deveria ser a última trincheira da sociedade civil dentro da saúde pública, corre o risco de virar nova-

mente um balcão de negócios. Daqueles onde o preço não está na etiqueta, mas na lealdade.

Enquanto isso, o General Silva e Luna posa de gestor técnico, imune às "velhas práticas". Mas a caneta que nomeia aliados da Federação Brasil da Esperança e conselheiros fiscais em cargos estratégicos parece bem menos técnica e bem mais política do que o discurso sugere.

Ideologias que se odeiam em público e se abraçam no contracheque

No fim, Foz do Iguaçu assiste a mais um espetáculo típico: ideologias que se odeiam em público e se abraçam no contracheque. O eleitor, como sempre, paga a conta. E o contribuinte, esse eterno figurante da política local, fica se perguntando se o que está sendo comprado é governa-

bilidade, apoio político... ou apenas silêncio.

Em Foz, tudo pode acontecer. Inclusive nada. Mas quando acontece, quase sempre vem acompanhado de um bom salário e um sorriso discreto de quem sabe exatamente o que está fazendo.

E se alguém ainda insiste em dizer que isso tudo é apenas "coincidência administrativa", vale lembrar que coincidência demais costuma virar padrão. Quando o poder começa a distribuir cargos estratégicos a figuras politicamente engajadas em estruturas que deveriam fiscalizar o próprio governo, já não se trata de governança, trata-se de engenharia política de alto nível. Não é apenas sobre um salário de R\$ 11 mil; é sobre o preço da autonomia institucional.

Silêncio constrangedor

O mais curioso é o silêncio

constrangedor que se instala logo depois da nomeação. Aqueles que até ontem brandiam discursos inflamados sobre transparência, controle social e ética pública agora parecem ter engolido um manual inteiro de autocensura. De repente, tudo está "dentro da normalidade". Tudo é "técnico". Tudo é "legal". A única coisa que some é a indignação.

A velha política de dois discursos

A Federação Brasil da Esperança, que em tese deveria representar um contraponto ideológico ao general, passa a desfrutar de uma confortável ambiguidade: critica quando convém, mas desfruta quando interessa. É a velha política de dois discursos. Um para o público, outro para o Diário Oficial. Enquanto isso, a base do governo se fortalece, não por afinidade de ideias, mas por afinidade de cargos.

E assim, Foz do Iguaçu vai sendo governada menos por projetos e mais por acomodações. A política vira um grande jogo de cadeiras, onde quem fica de pé é sempre o cidadão, enquanto os mesmos de sempre se sentam em poltronas bem remuneradas. O general, que prometeu ordem e eficiência, parece ter aprendido rápido a arte do tomalá-dá-cá.

No final das contas, a pergunta que realmente importa não é se o PT, o PV ou o PCdoB estão entrando pela porta dos fundos da prefeitura. A pergunta é se ainda resta alguma porta aberta para a fiscalização independente. Porque quando até quem deveria vigiar passa a depender do salário do vigiado, a democracia local não está em risco. Ela já foi terceirizada.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FOZ DO IGUAÇU
Hospital Municipal Padre Germano Lauck

GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 003/2026

O DIRETOR PRESIDENTE da Fundação Municipal de Saúde de Foz do Iguaçu, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal n. 4.084 de 05 de maio de 2013, Estatuto Dec. 22.156/2013 e a Portaria n. 01/2025 do Conselho Curador;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Sr. LUIZ APARECIDO DE ARAUJO, para exercer cargo de Provimento em Comissão, Simbologia CC=02, Assessor Especial 1, com a função de relações institucionais da Fundação Municipal de Saúde de Foz do Iguaçu/PR.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria Executiva, 12 de Janeiro de 2026

JORGE RICARDO ÁUREO FERREIRA
Diretor Presidente

Anestesistas anunciam saída do Hospital Municipal e escancaram sucateamento da unidade

A que ponto chegamos? Quando até a anestesia desiste do paciente

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Divulgação

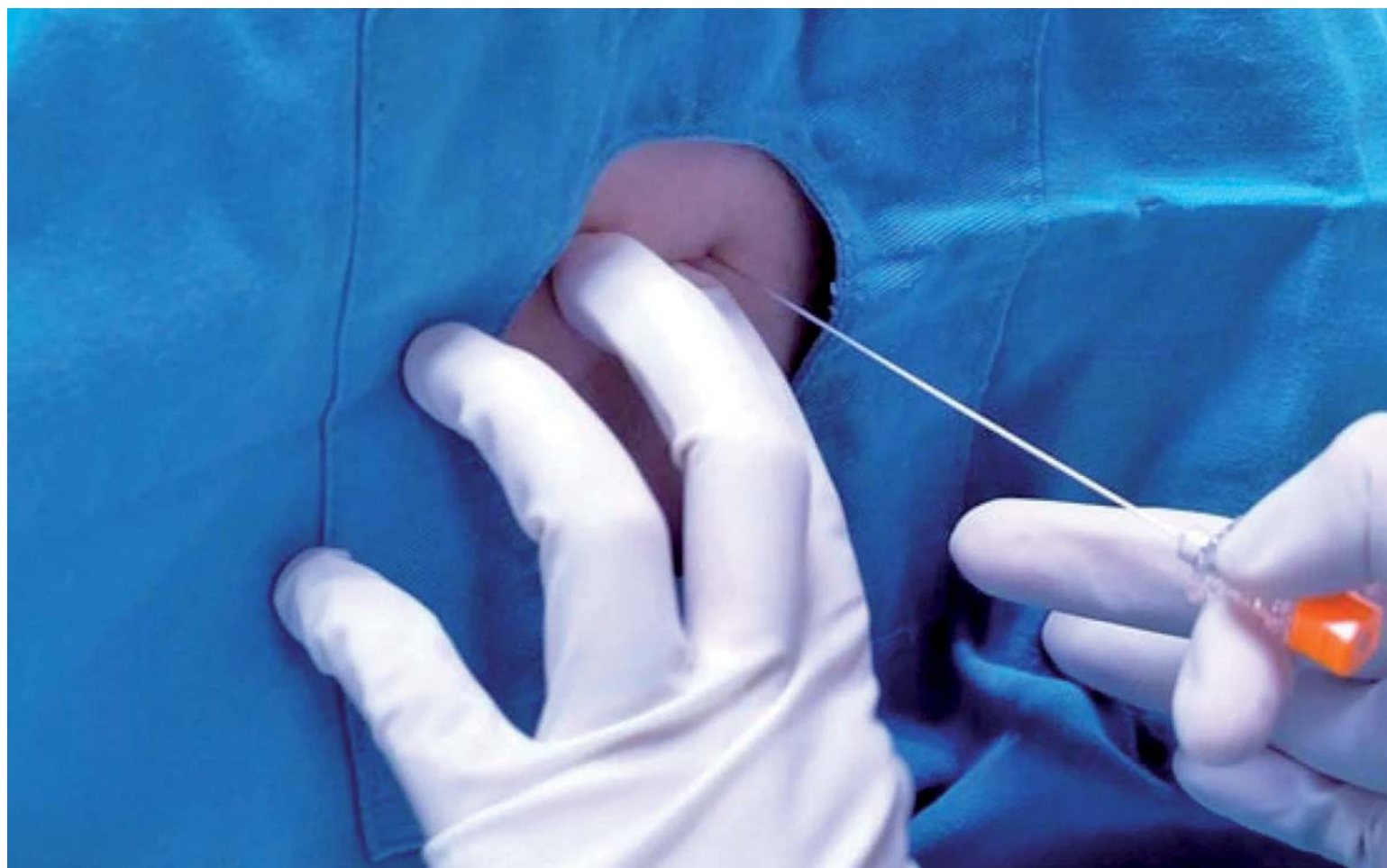
A saúde pública de Foz do Iguaçu conseguiu atingir um novo patamar de eficiência... na arte do abandono. Desta vez, não foram os pacientes que desistiram do Hospital Municipal Padre Germano Lauck, foram os anestesistas.

Anestesistas anunciam saída do Hospital Municipal no dia 15 de fevereiro

Profissionais essenciais, aqueles sem os quais não há cirurgia, não há emergência, não há milagre possível. Eles anunciaram a saída da unidade e deram prazo: até 15 de fevereiro de 2026. Um gesto elegante, quase protocolar, para um sistema que há tempos não demonstra o mínimo de respeito.

A decisão não caiu do céu. Ela correu pelas goteiras das salas cirúrgicas, pingou nos corredores mal iluminados e evaporou junto com o ar-condicionado quebrado. Trabalhar em ambientes insalubres, com infiltrações, equipamentos precários e estrutura deteriorada virou rotina. Mas, ao que tudo indica, para a gestão municipal isso é apenas "detalhe técnico". Afinal, quem precisa de teto seco quando se tem discurso molhado?

Os honorários pagos aos anestesistas, segundo relatos, são incompatíveis com a complexidade da função e com a responsabilidade de literalmente manter alguém vivo en-



quanto é operado. Em Foz do Iguaçu, salvar vidas parece ser um hobby mal remunerado. Não surpreende que cada vez menos profissionais aceitem vir para a cidade. O Hospital Municipal virou um espantalho oficial, um case de como afastar médicos sem precisar dizer uma palavra.

Sem anestesistas, não há bisturi que resolva

O resultado é previsível: sobrecarga, insegurança e risco iminente à população que depende exclusivamente do SUS. Cirurgias eletivas ameaçadas, procedimentos de urgência em xeque e um hospital que funciona no modo "tor-

cer para dar certo". Sem anestesistas, não há bisturi que resolva. Mas talvez alguém na prefeitura ache que dá para anestesiá-los com promessas e notas oficiais.

E onde está o prefeito Silva e Luna nesse enredo? Completando um ano de mandato e colecionando silêncio estratégico. Investimentos estruturais relevantes? Não vistos. Plano concreto para valorização dos profissionais da saúde? Não encontrado. Prioridade política para o Hospital Municipal? Só se for na retórica de campanha reciclada.

O sucateamento do hospital já não é denúncia, é paisagem. Virou parte do cenário urbano, como buracos no

asfalto e discursos vazios. A saída dos anestesistas apenas escancarou aquilo que a gestão insiste em tratar como exagero da oposição ou "crise pontual". Mas não há nada de pontual quando o problema é estrutural, crônico e previsível.

Não se trata de uma queda de braço corporativa. Trata-se de vidas. Sem anestesistas, o hospital para. Simples assim. E quando um hospital para, quem sofre não é o gabinete climatizado, mas o cidadão comum, o trabalhador, o idoso, a criança, todos reféns de um sistema que foi abandonado antes mesmo de colapsar.

Enquanto a administração municipal empurra o proble-

ma com a barriga, provavelmente anestesiada pela própria inércia, a população segue pagando a conta. A pergunta que fica não é se haverá uma solução, mas quando a saúde pública deixará de ser tratada como figurante no orçamento.

Hospital Municipal em estado terminal

O Hospital Municipal, que deveria ser referência, hoje simboliza descaso, improviso e falta de compromisso com a vida. E quando até quem aplica anestesia resolve acordar e ir embora, talvez seja porque o paciente chamado "gestão pública" já esteja em estado terminal.

Paralisia toma conta e prefeitura pode ficar sem arrecadação

O que é pior, a prefeitura pode ficar, já está ficando, sem poder emitir alvará de licença, ISSQN, ITBI e o IPTU, ou seja, a arrecadação dos municipal

Da redação

Foto: Divulgação

O espectro da incompetência toma conta do governo Silva e Luna. Depois da série de erros, mazelas, diatribes, a lama percorre os corredores das secretarias da prefeitura de Foz do Iguaçu. O escândalo da vez pipoca de novo no colo do secretário de Tecnologia, Inovação e Modernização Digital, Luiz Teixeira, que vive seu inferno astral e está pela bola sete, segundo fontes do gabinete do prefeito Silvio e Luna (PL).

Luiz Teixeira não consegue rodar o Sistema Integrado de Gestão Municipal, contratado a peso de ouro por R\$ 8,4 milhões com a empresa Elo-tech, de Maringá. O que é pior, a prefeitura pode ficar, já está ficando, sem poder emitir alvará de licença, ISSQN, ITBI e o IPTU, ou seja, a arrecadação dos municipal ou a falta dela pode comprometer até 20% das receitas próprias. Que bagunça, para dizer o mínimo.

A bronca em cima de Luiz Teixeira vem de gente grande no governo e fora dele. Ele está com a brocha na mão e acumula desgaste entre servidores de todas as secretarias e é considerado um "salto alto" pela imprensa. "Precisa calçar as sandálias da humildade", diz um repórter de rádio local.

Não roda

Além dos contribuintes que entopem as reclamações nos canais da Secretaria da Fazenda, o sindicato dos con-



tadores apontam paralisia e ineficiência do sistema. Leandro Corrêa, presidente do Sincofoz, confirmou a paralisia à Gazeta do Paraná, em matéria de 19 de novembro, e criticou a discrepância entre a comunicação oficial sobre o serviço prestado pela Elo-tech e a experiência real dos usuários. "O sistema não funciona. A notícia era de um jeito e a realidade de outra".

"Um sistema que foi criado para recuperar R\$ 10 milhões, como está pode gerar o dobro de prejuízo se a prefeitura não conseguir implementá-lo direito", analisou um advogado tributarista.

A contadora Elizangela De Paula Kuhn, que integrou o Comitê Gestor de Desenvolvimento Municipal (CGDM),

disse ao jornalista Bruno Soares que o sistema deveria ser normalizado entre 60 e 90 dias, o que pode se estender até março, quando deverá ser lançado o IPTU. Somente neste imposto, com aumento de 4,17%, a Secretaria da Fazenda espera arrecadar R\$ 160 milhões. Espera, porém, contudo, se o sistema for normalizado.

Elizangela apontou na reportagem da Gazeta do Paraná de outra mudança que elevou a burocracia na Secretaria da Fazenda: o cancelamento de notas fiscais, que exige agora a abertura de um processo administrativo e, em alguns casos, a anuência do tomador do serviço. "Cada cancelamento demanda processo administrativo e, em

muitos casos, exige a anuência do cliente", relatou. A Prefeitura não ouviu a classe contábil antes da mudança. O diálogo só veio depois que o problema apareceu", reiterou Leandro Corrêa no jornal de Cascavel.

Palma da mão

Até o "Cidade na Palma da Mão", um dos módulos do sistema (inclui ainda arrecadação, fiscalização, "governo digital" e recursos humanos), não funciona, não roda. Quem diz isso não é o Tribuna Popular. São os contadores e moradores que conversaram com a reportagem. "O objetivo é garantir que o cidadão resolva suas demandas de qualquer lugar, com praticidade e rapidez. E quem não ti-

ver familiaridade com o digital contará com orientação presencial, para aprender a usar a plataforma na próxima vez", disse Luiz Teixeira. Pura balela.

O projeto previa substituir servidores por robôs. "Era robô para tudo que é lado. PGM, Saúde, Fazenda. Só que nada funciona e tudo cai nas costas dos servidores das secretarias. A população não têm acesso sobre os serviços que são prestados nesta pasta", disse um representante do sindicato do Sismufi.

O Comitê Gestor do Projeto Elotech só foi instituído pelo prefeito Silva e Luna em 15 de agosto de 2025, menos de dois meses antes da ativação, apesar de o Decreto nº 33.866 reconhecer a "complexidade" dos 1.726 itens do contrato. O colegiado é coordenado pelos secretários Luiz Teixeira (Tecnologia), Eduardo Garrido (então Finanças, atual gabinete do prefeito) e Larissa Ferreira (Administração).

O contrato, firmado em fevereiro, previa ainda que o Plano Estratégico de Gestão Tributária, publicado em setembro passado, fixava como meta a implementação completa do sistema até outubro, o que não ocorreu. "Já passou da hora de romper com esse contrato", disse um vereador da base do prefeito que teme que o desgaste alcance o legislativo municipal. "O prefeito nem está indo mais aos eventos, está mandando o Ricardinho (vice-prefeito), agora vem mais essa desgraça no colo da gente", completou.

General Silva e Luna mentiu que daria R\$ 500 de auxílio escolar para cada aluno

Na campanha ele fez um vídeo "Isso não é promessa é compromisso e nós vamos cumprir"

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

Janeiro de 2026 chegou, as aulas estão batendo à porta e a memória do eleitor iguaçuense, diferente do que muitos políticos imaginam, não é tão curta assim. Basta voltar o calendário para 2024, período mágico em que candidatos descobrem vocação para a generosidade alheia e passam a distribuir promessas como se fossem panfletos em semáforo. Naquele ano, Foz do Iguaçu foi apresentada a um novo personagem eleitoral: o General Joaquim Silva e Luna, homem de farda passada, discurso duro e promessas... extremamente flexíveis.

Quando o "compromisso" vira peça de ficção administrativa

Durante a campanha, o então candidato a prefeito resolveu bancar o Papai Noel da educação pública. Prometeu "ensino integral para todos" e, como cereja do bolo, um "auxílio escolar de R\$ 500,00 para cada aluno da rede municipal".

Não era pouco dinheiro, não era pouco impacto e, definitivamente, não era pouca ousadia. Mas o general foi além: gravou vídeo, olhou sério para a câmera e decretou, em tom solene, que "isso não é promessa, é compromisso, e nós vamos cumprir".

Pois bem. O eleitor acreditou. Afinal, se um general diz



que é compromisso, quem ousaria duvidar? A lógica parecia simples: disciplina, hierarquia e palavra dada. Só esqueceram de avisar que, na política local, compromisso pode ter prazo indeterminado, validade vencida ou simplesmente desaparecer na primeira curva da realidade orçamentária.

O ano de 2025 passou inteiro. Janeiro, fevereiro, carnaval, aniversário da cidade, férias e até o natal, com diversos discursos inflamados, eventos oficiais, fotos institu-

cionais. E nada do auxílio? Nenhum centavo? Nem sinal de fumaça? Nem explicação convincente? A promessa virou lenda urbana e o compromisso, pelo visto, entrou para a reserva, junto com o general.

Mentiras continuam: O general, o asfalto e os buracos da realidade

As mentiras do general não ficaram restritas ao auxílio escolar que nunca apareceu. Houve também aquela pérola de campanha em que ele, com peito estufado e voz



de autoridade, garantia: "Sou especialista em asfalto, passei a vida inteira fazendo asfalto na Amazônia". Pois bem. Se isso era especialização, Foz do Iguaçu virou o laboratório do fracasso. A cidade hoje mais parece um campo minado urbano, onde cada rua esconde uma cratera pronta para engolir pneus, suspensões e a paciência do contribuinte.

E como se não bastasse o abandono das vias, o general ainda resolveu culpar a vítima. Em entrevista à Rádio

Cultura, contou que caiu em um buraco na Avenida JK. Mas, em vez de reconhecer o caos viário, preferiu atacar: disse que o motorista que caiu no buraco é "estúpido", "imprudente" e culpado pelo próprio acidente. Curioso: o especialista em asfalto cria os buracos e o cidadão leva a culpa por encontrá-los.

No fim, sobra sarcasmo e falta asfalto. O general prometeu estrada, entregou crateras e ainda apontou o dedo. Especialista mesmo, só em terceirizar a culpa.

R\$ 500 QUE NUNCA CHEGARAM

A farda do General é rígida, mas a palavra é elástica na promessa

Pais e mães se virando como podem para comprar material escolar, uniforme, mochila, tênis e o básico para que os filhos não comecem o ano letivo já em desvantagem

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

Enquanto o discurso de austeridade era repetido como mantra, a realidade nas casas dos iguaçuenses seguia dura e implacável. Pais e mães se virando como podem para comprar material escolar, uniforme, mochila, tênis e o básico para que os filhos não comecem o ano letivo já em desvantagem. E o auxílio prometido? Esse ficou preso em algum quartel invisível da administração pública.

Curioso é que o mesmo candidato que se vendia como alternativa "mais responsável" às gestões anteriores conseguiu protagonizar algo ainda mais grave: um calote eleitoral em massa. Não foi uma promessa genérica, dessas que se diluem no tempo. Foi um valor específico, uma política pública objetiva, anunciada com todas as letras e com direito a vídeo oficial. E, mesmo assim, simplesmente não aconteceu.

O mais irônico é que o general se apresentava como alguém que faria uma gestão superior à do ex-prefeito Chico Brasileiro. No discurso, tudo era melhor, mais eficiente, mais sério. Na prática, entregou menos, bem menos. Porque errar na gestão é uma coisa; prometer dinheiro diretamente à população e não pagar é outra bem diferente.

Agora, com as aulas prestes a começar, surge a pergunta que ecoa nas filas de papelarias e nos grupos de pais: cadê os R\$ 500? Quando esse "compromisso" vai fi-

nalmente cair na conta dos alunos da rede pública municipal? Ou será que a promessa tinha a mesma durabilidade de um fósforo riscado: acendeu na campanha e apagou logo depois da posse?

O silêncio da gestão é ensurdecedor. Nenhuma explicação clara, nenhum cronograma, nenhuma mea-culpa. Apenas a velha estratégia de empurrar o tempo, torcendo para que o eleitor esqueça. Mas esquecer fica difícil quando a promessa envolvia dinheiro no bolso e dignidade na educação dos filhos.

No fim das contas, Foz do Iguaçu aprendeu uma lição amarga: nem toda farda garante honra, nem todo discurso

solene garante verdade. O auxílio escolar virou símbolo de algo maior. A distância entre o que se promete na campanha e o que se entrega no poder. E, enquanto isso, os alunos seguem sem os R\$ 500, os pais seguem pagando a conta e o "compromisso" segue perdido, em alguma gaveta da propaganda eleitoral de 2024.

Pobre da direita e pobre da esquerda

Uma coisa é certa. A dita direita no poder, o pobre é pobre e o rico é rico, e quem precisa realmente trabalhar para ter acesso o que o poder público deveria dar em mera retribuição ao trabalhador que trabalhou sol a sol é

mera especulação, uma promessa que só é dita durante a campanha eleitoral.

Acreditar na direita é o mesmo que acreditar que a saúde ira melhorar para a classe operária, afinal o patrão tem plano de saúde e tem condições de quando precisar usar um hospital privado para sanar as suas demandas.

Mas como alguns dizem, existe pobre da direita e pobre da esquerda. A diferença é muito pouca entre eles. Um passa fome jurando que é "empreendedor em potencial", que só está pobre "por enquanto", e repete discurso de milionário no boteco, defendendo cortes, privatizações e bilionários que jamais

cruzariam a rua para cumprimentá-lo. O outro passa fome esperando a revolução chegar pelo Wi-Fi, acreditando que um post indignado, cheio de palavras difíceis, vai derrubar o sistema até o fim de semana.

Ambos se odeiam com fervor, brigam nas redes como se fossem herdeiros de grandes fortunas ou líderes históricos, enquanto dividem o mesmo ônibus lotado, a mesma fila do SUS e o mesmo salário insuficiente. No fim das contas, a única diferença real é o slogan estampado na camiseta. Porque, no bolso, na geladeira vazia e na conta atrasada, a igualdade é plena. E cruelmente democrática.



Secretaria de Transporte e Mobilidade Urbana é um desperdício de dinheiro público?

No comando de tudo, a secretária Aline Maicrovicz acumula a função com a direção do Foztrans, recebendo R\$ 16.743,00 mensais

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

Há coisas que só a administração pública consegue explicar, ou fingir que explica. Uma delas atende pelo nome pomposo de "Secretaria Municipal de Transporte e Mobilidade Urbana de Foz do Iguaçu".

Embuste

Criada com discurso moderno, linguagem técnica e promessas de cidade inteligente, a pasta completa um ano de existência entregando aquilo que o poder público faz com excelência: papel, comissão, reunião, curso interno e nenhuma mudança perceptível na vida de quem enfrenta trânsito, ônibus lotado e ruas mal planejadas.

Após doze meses de funcionamento, o balanço da secretaria mais parece um relatório de estágio do que a prestação de contas de uma estrutura que custa caro ao contribuinte.

Entre os "grandes feitos", destaca-se a elaboração de um projeto de lei para regulamentar bicicletas elétricas, algo que poderia perfeitamente ter sido feito por setores já existentes.

Também constam alguns cursos ministrados aos próprios agentes do Foztrans, parcerias com... o próprio Foztrans (uma espécie de parceria consigo mesmo) e a criação de mais uma comissão, esse instrumento clássico da gestão pública brasileira para adiar decisões sob o pretexto de "aprofundar debates".

Cereja do Bolo

A cereja do bolo é a tal



Comissão Especial de Revisão de Mobilidade Urbana, criada para revisar, analisar, discutir, fiscalizar e propor a revisão de um plano que já existe. Ou seja: revisar a revisão, discutir o discutido e propor o que talvez um dia venha a ser proposto. Tudo isso embalado pela promessa de um complexo educacional futurista, o CETMOBI, que até agora existe apenas no universo conceitual das apresentações em PowerPoint.

Enquanto isso, a cidade segue a mesma. O trânsito não flui melhor, o transporte coletivo não apresenta melhorias estruturais, a mobilidade urbana continua engatinhando e o cidadão comum

sequer sabe para que, afinal, serve essa secretaria.

Câmara Municipal

Não por acaso, a Câmara Municipal resolveu fazer o que o Executivo aparentemente não fez: analisar resultados. E a conclusão foi direta, objetiva e constrangedora. A Secretaria de Mobilidade Urbana atua paralelamente ao Foztrans, com atribuições sobrepostas, sem apresentar ações concretas ou resultados efetivos. Em bom português: é uma duplicação desnecessária, confusa e cara.

Recomendação

A recomendação da Comissão de Mobilidade Urba-

na da Câmara não poderia ser mais clara: extinção da pasta. O motivo? Suas funções se sobrepõem às do Foztrans e não justificam a manutenção de uma estrutura própria. Algo raro na política local: quando o diagnóstico bate exatamente com a percepção da população.

E quanto custa manter esse monumento à redundância administrativa? A secretaria possui cinco cargos de diretoria comissionados, um servidor efetivo e um cedido pelo Ministério da Justiça. Apenas a folha de pagamento ultrapassa R\$ 63 mil por mês, fora encargos.

No comando de tudo, a secretária Aline Maicrovicz

acumula a função com a direção do Foztrans, recebendo R\$ 16.743,00 mensais para gerenciar duas estruturas que, na prática, fazem - ou deixam de fazer - a mesma coisa.

Cabide de Emprego

No fim das contas, a Secretaria de Transporte e Mobilidade Urbana virou aquilo que o cidadão mais teme: um cabide de emprego institucionalizado, sustentado por discursos técnicos, relatórios vazios e uma criatividade infinita para criar cargos, comissões e siglas. Mobilidade, mesmo, só a do dinheiro público, que continua andando rápido... mas sempre na direção errada.

Aline Maicrovicz tentou receber vantagens indevidas que configuraria corrupção passiva e improbidade administrativa

Criminosa? quando o problema não é a agenda, mas o memorando

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

Na administração pública brasileira, algumas viagens internacionais são vendidas como "missões técnicas", outras como "intercâmbio de conhecimento" e, em casos mais criativos, como simples "conflito de agenda". O problema é quando a agenda some, mas o memorando aparece.

Foi exatamente isso que ocorreu no episódio envolvendo a secretária de Transporte e Mobilidade Urbana de Foz do Iguaçu, Aline Maicrovicz, e sua quase excursão a Barcelona, na Espanha.

A mascara caiu

Segundo memorando interno nº 7567/2025, encaminhado ao gabinete do prefeito, a secretária Aline Maicrovicz solicitou verba de alimentação para uma viagem internacional ao badalado Smart City Expo World Congress. Até aí, nada de novo: eventos sobre "cidades inteligentes" costumam ser o álibi perfeito para deslocamentos caros e resultados invisíveis. O detalhe incômodo está no patrocinador da aventura: a Fepese, fundação contratada pela própria secretaria para realizar o estudo prévio do transporte coletivo do município.

Quase uma vantagem indevida

Ou seja, a empresa contratada pelo poder público, que deveria estar concentrada em cumprir prazos e entregar estudos, bancaria pas-

sagens aéreas, hospedagem, seguro viagem e inscrição no evento para a secretária Aline Maicrovicz responsável pelo contrato e o servidor Maxwell Lucena Moraes da pasta. Um gesto de gentileza? Um brinde institucional? Ou aquilo que a legislação chama, sem rodeios, de vantagem indevida?

Convém lembrar que, à época do convite internacional, a Fepese estava em atraso no cronograma dos levantamentos. Questionada sobre o cumprimento das etapas, a secretária optou pelo silêncio. Talvez estivesse ocupada organizando as malas. Ou talvez ensaiando a versão que viria depois.

O desfecho foi ainda mais revelador. A viagem não aconteceu. Publicamente, Ali-

ne Maicrovicz afirmou que o cancelamento se deu por "questões de agenda institucional". Um clássico. Agenda, essa entidade abstrata que aparece sempre que algo não pode ser explicado. O problema é que, nos bastidores, o gabinete do prefeito Joaquim Silva e Luna foi menos poético e muito mais jurídico.

Freada pelo gabinete

Em resposta formal ao memorando, o gabinete foi categórico: aceitar qualquer tipo de vantagem de empresa contratada pelo município é absolutamente contrário à legislação, podendo configurar corrupção passiva e improbidade administrativa. Tradução livre: não foi a agenda que barrou a viagem, foi a lei. E, de quebra, a

Cumprimentando-o cordialmente, venho por meio deste, solicitar a viabilização de custeio, em diárias internacionais, a esta Secretária e ao Diretor de Trânsito e Infraestrutura, Maxwell Lucena de Moraes, para participação no evento Missão Internacional – Smart City Expo World Congress, que será realizado entre os dias 1º e 8 de novembro de 2025, na cidade de Barcelona, Espanha.

Considerando que a Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos (FEPESE) prestará apoio logístico, incluindo aquisições de passagens aéreas, hospedagem e seguro-viagem, não estando incluída a alimentação.

Considerando que o evento terá como foco o debate sobre cidades inteligentes, com ênfase em inovação urbana, governança, sustentabilidade, políticas públicas e desenvolvimento institucional, e contará com visitas técnicas, palestras e participação no supracitado evento.

Como Secretária Municipal de Transporte e Mobilidade Urbana, ressalto que a participação neste evento também representa uma oportunidade para o fortalecimento de parcerias e projeção da governança do município no cenário internacional.

Por fim, informo os dados abaixo, caso haja atendimento no pleito.

1. Participantes:

Nome: Aline Maicrovicz Martins Duarte

CPF: [REDACTED]

Dados bancários: Banco Santander, [REDACTED] Conta Corrente nº [REDACTED]

Nome: Maxwell Lucena de Moraes

Interesse público com benefício privado

No fim das contas, o episódio revela muito mais do que uma viagem frustrada à Espanha. Revela uma gestão que parece confundir cargo público com convite VIP, interesse público com benefício privado e transparência com incômodo. Se houve crime, caberá aos órgãos competentes apurar. Mas que houve tentativa explícita de aceitar vantagens de uma empresa contratada, isso está documentado, carimbado e protocolado.

E assim, mais uma vez, Foz do Iguaçu entra para o seleto grupo de cidades onde a "cidade inteligente" ainda é só um slogan. Enquanto a esperteza administrativa continua funcionando a pleno vapor.

Preferiu questionar quem vazou a verdade

Diante do vazamento do memorando interno. Aquele que ela agora preferia que ninguém tivesse lido. A reação da secretária não foi explicar os fatos, nem esclarecer o conteúdo do pedido, nem rebater juridicamente as acusações implícitas. Preferiu perguntar à jornalista como o documento havia sido acessado. Uma preocupação curiosa: não com o conteúdo, mas com a fonte. Não com a legalidade do ato, mas com o vazamento. Recebeu, como resposta, algo básico no jornalismo: a prerrogativa de preservar fontes.



NA MARCA DO PÊNALTI

FUTEBOL

Foz vence o Andraus por 3 a 1 e volta à zona de classificação

Azulão da Fronteira construiu a vitória ainda antes do intervalo e confirmou os três pontos diante da sua torcida

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Documento assinado digitalmente
gov.br
ROBERTO JOSÉ DE ASSUNÇÃO
Data: 15/01/2024 18:27:45-0300
Verifique em: <https://validar.jf.gov.br>

Roberto José de Assunção
Presidente da Associação



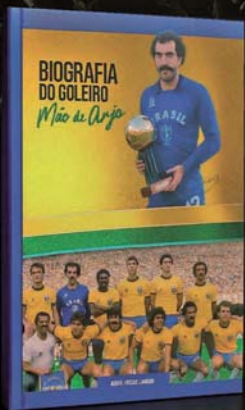
Fotos: Franz Amorim - Foz F.C

CONVITE PARA LANÇAMENTO DE LIVRO

Roberto Costa convida para o evento de lançamento de sua biografia

Data: 10/10/25
Horário: 18h-21h

**LOCAL: NA ARENA DO ATHLETICO
NA CHOPERIA BRAHMA.**




O Foz do Iguaçu Futebol Clube teve uma grande atuação na tarde deste sábado (17) e venceu o Andraus por 3 a 1, no Estádio do ABC, pelo Campeonato Paranaense. Com um primeiro tempo dominante e eficiente, o Azulão da Fronteira construiu a vitória ainda antes do intervalo e confirmou os três pontos diante da sua torcida, retornando à zona de classificação da competição.


Desde o apito inicial, o Foz mostrou intensidade e organização. Logo no primeiro minuto, Vinícius Peixoto iniciou uma bela jogada, acionou Hiago, que cruzou de primeira para Lucas Alves abrir o placar de cabeça. A equipe manteve a pressão e ampliou na sequência: após jogada coletiva, Breno fez a bola chegar


até Hiago, que encontrou Júnior Palmares, e o meia deu um passe preciso para Vinícius Peixoto marcar o segundo gol do Azulão.


A superioridade seguiu evidente e, aos 30 minutos, veio o terceiro gol. Vinícius Peixoto fez grande jogada dentro da área, passou por dois marcadores e cruzou na medida para Lucas Alves, que marcou seu segundo na partida e o terceiro do Foz. Ainda no primeiro tempo, Lucas Sales sentiu e deixou o campo, dando lugar a Menezes. O intervalo chegou com o placar de 3 a 0 e amplo domínio do time da casa.

No segundo tempo, logo no primeiro lance, uma confusão resultou nas expulsões de Breno, pelo Foz, e de um atleta do Andraus,


 Abilio Henrique Bottega

 bottega_77

 Bottega77 @futebolista2

 Abilio Henrique Bottega

Para sugestões de pautas, críticas e elogios entre em contato

 abiliobottega@hotmail.com



O próximo desafio do Azulão da Fronteira será na quarta-feira, às 18h30, novamente no Estádio do ABC

deixando as duas equipes com dez jogadores. Mesmo com a mudança no cenário, o Foz seguiu controlando a partida. Aos 16 minutos, o técnico Adriano promoveu alterações: Thyller entrou no lugar de Vinícius Peixoto, reforçando o sistema defensivo, e Daniel substituiu Júnior Palmares.

Aos 20 minutos, após uma falta cometida pelo Foz, Rubens recebeu cartão amarelo, e na sequência da cobrança o Andraus descontou, fazendo 3 a 1. Aos 30 minutos, mais mudanças no Azulão: Renato Neves entrou no lugar de Rubens, Wellington Silva substituiu John. Com maturidade e boa leitura de jogo, o Foz administrou a vantagem até o apito final e confirmou a vitória.

Após a partida, o técnico Adriano Souza destacou a importância do resultado e o desempenho coletivo da equipe.

"Essa vitória é muito importante. A equipe jogou muito bem, soube competir nos dois tempos e aproveitar as oportuni-

des. Agora é comemorar, recuperar os atletas e já pensar no próximo jogo", afirmou o treinador.

Um dos destaques da partida e entre os artilheiros do Foz no campeonato, Vinícius Peixoto também valorizou o resultado coletivo. "Mais importante do que gols ou assistências é vencer. Vencer bem e convencer. Essa foi nossa primeira vitória em casa, com a torcida junto, e isso faz muita diferença. Agora é descansar e já focar no próximo compromisso", ressaltou o atacante.

Com o triunfo, o Foz do Iguaçu conquista sua primeira vitória em casa na temporada e retorna à zona de classificação do Campeonato Paranaense.

O próximo desafio do Azulão da Fronteira será na quarta-feira, às 18h30, novamente no Estádio do ABC, diante do Cianorte, dando sequência à caminhada na competição.

Poliana Tilks



SITRO-FI leva crise das travessias internacionais à Presidência e defende dignidade dos caminhoneiros

De forma técnica, lideranças sindicais e empresariais expuseram um cenário crítico, com falta de infraestrutura, insegurança, burocracia excessiva e desrespeito aos caminhoneiros brasileiros no exterior

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

Uma articulação institucional de alto nível levou ao centro do governo federal as graves dificuldades enfrentadas por caminhoneiros e transportadoras na fronteira trinacional. Na última sexta-feira, 16 de janeiro de 2026, o Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Foz do Iguaçu e Região (SITRO-FI), a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes e Logística (CNTTL) e o Sindicato das Transportadoras e Logística de Foz do Iguaçu participaram de uma reunião com o diplomata de carreira Daniel Falcon Lins, coordenador de Relações Exteriores do Ministério das Relações Exteriores junto à Secretaria-Geral da Presidência da República, além de representantes da assessoria da ministra Gleisi Hoffmann.

O encontro, solicitado pelas próprias entidades, teve duração superior a duas horas e teve como foco central a operacionalização da Ponte da Integração e as travessias internacionais entre Brasil, Paraguai e Argentina. De forma detalhada e técnica, as lideranças sindicais e empresariais apresentaram um cenário considerado crítico, marcado pela ausência de infraestrutura adequada, insegurança, excesso de burocracia e tratamento indigno dispensado aos trabalhadores rodoviários brasileiros fora do



território nacional.

Durante a reunião, foram relatadas as longas filas enfrentadas diariamente por caminhoneiros e caminhoneiras, especialmente no lado paraguaio da fronteira. Em média, os profissionais permanecem entre 35 e 40 horas interrompidamente sem descansar aguardando apenas para tentar realizar a travessia. Em períodos de maior fluxo, esse tempo pode chegar a dois, três ou até cinco dias, sem acesso a condições mínimas de higiene, descanso, água potável ou segurança, o que impacta diretamente a saúde física e mental desses trabalhadores.

Além do drama humano, as entidades também apresentaram os prejuízos econômicos sofridos pelas transportadoras. A demora excessiva

deral e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Segundo ele, a realidade vivida hoje pelos caminhoneiros brasileiros é "absolutamente inadmissível" e incompatível com qualquer princípio civilizatório.

Rodrigo Andrade ressaltou que os longos períodos de espera ferem frontalmente a legislação trabalhista, especialmente no que diz respeito aos intervalos intrajornada e interjornada, além de contribuírem para o adoecimento da categoria e para a geração de passivos trabalhistas às próprias empresas. Também denunciou a existência de práticas de corrupção nas travessias, onde prevalece a lógica de que "quem paga, passa primeiro", aprofundando desigualdades e injustiças. Segundo ele, há casos em que

até transportadoras brasileiras acabam compactuando com esse sistema, em prejuízo dos próprios trabalhadores.

Outro ponto sensível abordado foi o aumento da burocracia migratória. De acordo com o presidente do SITRO-FI, procedimentos que antes não existiam passaram a ser exigidos individualmente dos motoristas, mesmo com todas as informações já constando na documentação de importação ou exportação. O resultado é mais demora, mais desgaste e nenhum ganho real em controle ou segurança. Ao retornarem ao Brasil pela Ponte da Amizade, muitos caminhoneiros ainda enfrentam dificuldades para dar baixa na imigração, sendo obrigados a deixar o caminhão em pátios logísticos e retornar a

pé ou de transporte até a ponte, um entrave considerado injustificável.

Ao final da reunião, as entidades reforçaram a necessidade de medidas urgentes, diálogo permanente entre os países envolvidos e a construção de soluções conjuntas que garantam fluxo eficiente, segurança jurídica e, sobretudo, respeito aos trabalhadores. A atuação do SITRO-FI foi reconhecida como essencial nesse processo, por unir firmeza, embasamento legal e compromisso com a dignidade humana. A mobilização demonstra que, quando há organização sindical responsável e atuação institucional séria, problemas históricos podem, finalmente, começar a ser enfrentados no lugar certo: na mesa de decisão do Estado brasileiro.